

AS MÚLTIPLAS FACES DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

VIEIRA, Jeferson Christiano Vieira – SEESP/UNESP
jcvieira@rc.unesp.br

Área Temática: Violências e convivência nas Escolas:
Fatores, manifestações e relações sociais no espaço.

Agência financiadora: Não contou com financiamento

Resumo

Este artigo tem por objetivo desenvolver uma reflexão sobre algumas violências institucionais no cotidiano escolar. A escola, em muitos casos, dentro da sua dinâmica produz a sua própria violência, sendo que esta acontece de forma naturalizada, invisível e simbólica. Dentro dos muros da escola estão sintetizadas as violências da discriminação, da desistência em ensinar e aprender, da indiferença, da criminalidade e a violência social. A violência escolar possui uma história interligada à própria história da educação no Brasil. E esta escola, formada por pessoas (gestores, professores, alunos e funcionários) repletas de dúvidas, medos e algumas poucas certezas, vive hoje a angústia de não saber mais qual é o seu ponto de chegada. Através da observação do cotidiano escolar, entrevistas com grupo focal de alunos e professores e a análise dos livros de ocorrências disciplinares, observa-se como prática comum o uso da força e da coerção com o objetivo de manter a autoridade docente tão questionada em nossos tempos. Esta violência derruba todos os discursos já prontos, arranjados e arrumados e nos inquieta, levando a uma profunda reflexão. Obriga-nos a interiorizar e rever os pilares que sustentam toda a sociedade moderna. A punição é exercida sem folga e quase sempre acompanhada de mais uma violência: a simbólica ou psicológica. Ao aluno resta apenas um olhar cabisbaixo e ao controle de sua vida, mente e corpo como força de coerção. Impede-se uma possível defesa, controla-se a atividade e a mente. Acredita-se que a utilização da força, da coerção e da violência, educa.

Palavras-chave: Violência Escolar; Insegurança; Relação de Poder.

Introdução

No início da década de 80, segundo Sposito (2001), ocorreram as primeiras pesquisas sobre violência, relacionando-a com a ocorrida dentro dos muros escolares. Neste aspecto, esta temática, apresentada por alguns estudos, entre eles os de Zaluar (1999) e Peralva (1997) demonstram a íntima ligação com o processo de redemocratização a partir da eclosão da violência nos debates públicos sobre as questões que afetam a qualidade de vida de populações menos favorecidas, “onde a segurança constituía problema importante até hoje

não resolvido” (SPOSITO, 2001). Por outro lado, Peralva demonstra no processo de redemocratização, a necessidade de abertura das instituições oficiais, entre elas a segurança, resistente aos novos caminhos de um país em plena abertura política.

Na primeira metade dos anos 90, principalmente na Europa, a discussão da violência escolar apresenta suas múltiplas faces. Contribuições de Debarbierx (2002), Blaya (2000), Charlot (2002) apontam para a multi-diversificação da violência: trabalham-se a partir deste momento três ações diretas: a “*violência na escola*”, “*violência da escola*” e “*violência à escola*”. (CHARLOT, 2002).

Neste artigo, fundamentado em dados coletados para o desenvolvimento de minha pesquisa de mestrado realizada junto ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista – Unesp/Campus Rio Claro, estaremos percorrendo os caminhos da “violência cometida pela escola”. A pesquisa foi desenvolvida na cidade de São Carlos, interior de São Paulo, e em uma escola pública mantida pelo governo estadual situada no maior conglomerado periférico do município¹.

Não é tão simples assim, como mostram os meios de comunicação em massa, falar da violência. Ela – a violência – derruba todos os discursos já prontos, arranjados e arrumados e nos inquieta levando a uma profunda reflexão. Cala a alma, o espírito, ou a nossa consciência. Obriga-nos a interiorizar e rever os pilares que sustentam a sociedade moderna.

Reflexões sobre violência

Estudos feitos tanto por pesquisadores brasileiros quanto de outros países demonstram a preocupação de se estabelecer um conceito de violência a partir do qual uma análise da realidade seja possível, em comparação com outras realidades, unidas pelo mesmo problema. Isso porque à determinação histórica e cultural do conceito alia-se a subjetividade.

Debarbierx (2002) diz em suas obras que, para a definição de violência deve-se ouvir a voz das vítimas, uma vez que elas podem relatar “incidentes múltiplos e causadores de estresse que escapam à punição quanto à agressão brutal e caótica” (p. 41). Na discussão sobre a definição do termo violência o autor nos lembra que

¹ A cidade de São Carlos possui hoje cerca de 250 mil habitantes segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A escola pesquisada situa-se no maior bairro periférico do município com aproximadamente 40 mil habitantes. A Unidade Escolar possui cinco anos de funcionamento, 3 gestores (diretor/vice/coordenador), 45 professores e 960 alunos distribuídos nas séries iniciais e finais do ensino fundamental e na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

É um erro fundamental, idealista e histórico crer que definir a violência, ou qualquer outro termo, por sinal, seja uma questão de se aproximar o máximo possível de um conceito absoluto de violência, de uma “idéia” de violência que faz com que a palavra e a coisa estejam para sempre adequadas. Não se trata sequer de dizer que as palavras evoluem juntamente com um “contexto” externo, que faria com que uma definição original evoluísse - que apenas a ilusão de uma permanência etimológica pode ser encontrada. O “contexto” não é exterior ao texto [...] o contexto é “homólogo ao próprio texto a que ele se refere”, é um universo mental no quais as palavras são ferramentas verbais, uma categoria de pensamento, um sistema de representação, uma forma de sensibilidade: as palavras criam o contexto tanto quanto são criadas por ele (DEBARBIEUX, 2002, p.64).

Charlot (2002) classifica violência como o uso da força, do poder e da dominação. A violência é a “vontade de destruir, de aviltar, de atormentar”. Porém, o autor aponta para a necessidade de diferenciar a questão da violência, da agressão e da agressividade. Charlot (2002), define agressividade como uma pré-disposição biopsíquica reacional que pode levar a angústia e a agressividade. Já a agressão é um ato que implica brutalidade física ou verbal.

Sposito (1998), admite que “violência é todo ato que implica ruptura de um nexos social pelo uso da força”, mas também enfatiza a necessidade de se estabelecer diferenciação entre agressividade e violência.

A violência segundo Gilberto Velho (1996), não se limita ao uso da força física, mas a possibilidade ou ameaça de usá-la constitui dimensão fundamental de sua natureza. Velho relaciona a violência com poder, quando enfatiza a possibilidade de imposição de uma vontade, de um desejo ou projeto de uma pessoa sobre outra.

Para Marilena Chauí (1999), há uma contraposição entre violência, ética e poder, porque trata seres racionais, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas. Para a autora, violência é um ato de brutalidade, abuso físico/psíquico contra alguém caracterizando relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e pelo terror.

Arendt (1973), aponta oposição entre violência e poder. Segundo a autora poder e violência ocupam dimensões diferentes. A violência só se instaura quando o poder é colocado em xeque-mate.

Não basta dizer que a violência e poder são a mesma coisa. Poder e violência se opõem; onde um deles domina totalmente o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em perigo, mas se a permitem seguir seus próprios caminhos, resulta no desaparecimento do poder. Isto não implica pensar no oposto da violência como sendo a não violência; falar em poder não violento é redundância. A violência pode destruir o poder, mas é totalmente incapaz de criá-lo (ARENDR, 1973, p.132).

Não se pode reduzir a violência apenas ao plano físico. Incluímos todo o processo psíquico, moral e sócio-cultural. O que determina a violência é o desrespeito, a coisificação, a negação do outro, a violação dos direitos humanos, fatos estes que se somam a uma realidade social de miséria, exclusão, corrupção, desemprego, concentração de renda, poder e autoritarismo.

As diversas violências cometidas pela escola

A expectativa de muitos pais e alunos continua sendo a de que a escola possa proporcionar às crianças e jovens uma vida melhor, a inserção no mercado de trabalho e um emprego que lhe garanta *status social*, através da transmissão dos saberes construídos historicamente e de uma disciplina que lhes seja útil para o desempenho de uma profissão (CANDAU, 1999). Porém a realidade destrói esta esperança, uma vez que a escola não é mais um local de re-criação da cultura e do saber, da sociabilidade positiva, de aprendizagem dos valores éticos e a formação do espírito crítico e muito mesmo um local de reconhecimento da diversidade. (ABRAMOVAY, 2002).

Durante nossa pesquisa de mestrado entrevistamos cem alunos do ensino fundamental do ciclo II (5ª a 8ª série) divididos em dez grupos focais contendo cinco alunos do sexo masculino e cinco alunos do sexo feminino. Indistintamente todos os grupos apresentaram situações de violência cometida pela escola. Violência esta apresentada em relatos que contribuem para assegurar a dominação de uma classe, neste caso professores e gestores, sobre a outra, os alunos (BOURDIEU, 2006). Em suas falas os alunos apontam para a tentativa de sujeição ou como define Weber (2004) para a “domesticação dos dominados”.

A violência faz parte do cotidiano da escola e da vida social e se respalda na desigualdade existente na sociedade, nas diferenças culturais, nas diferenças da forma de agir e pensar, na forma de assimilar o mundo. Como foi apresentada anteriormente, a violência é vivenciada diariamente pelos alunos e viola os direitos humanos. Se a escola, no imaginário da criança é ainda um local de possível “melhoria de vida”, como concebê-la se dentro dos muros da escola, a cada dia, torna-se alvo da violência provocada por professores e gestores?

A violência simbólica cumpriria o papel de coagir para que haja no indivíduo uma internalização dos meios de socialização. Durkheim (1978), afirma em seus escritos que para a educação ser efetivada, seria necessária certa medida de coerção. De acordo com Durkheim

(2004), esta coerção se manifestaria nas tradições transmitidas por gerações anteriores, desta forma os valores sociais e culturais seriam historicamente reconhecidos e necessários.

Bourdieu (2005) e Arendt (2005), afirmam que todo o exercício que de alguma forma cerceia as vontades do indivíduo, torna-se violência. As ações escolares, no cumprimento das exigências requeridas, se constituem em agentes de atos violentos para com seus alunos, uma vez que impõe limites aos educandos. Chauí (1999), afirma que a ação educacional é uma forma de coerção da liberdade. A instituição educacional, embora tenha em sua prática ação de violência simbólica, em nossa sociedade constitui uma passagem obrigatória para a entrada no mundo social e profissional. A escola possui um papel fundamental na socialização do indivíduo, uma vez que entre os muros da instituição escolar, a criança e o adolescente são colocados em contato com diferentes culturas e etnias, e é nesse momento em que os conflitos afloram. Simmel (2006, p. 84), afirma que estes conflitos são essenciais e constitutivos do desenvolvimento social do indivíduo, sendo que “o conflito entre a sociedade e o indivíduo como luta entre as partes é de sua essência” .

O convívio dentro dos muros escolares, segundo Simmel (2006), prepara a criança para a sociedade mais ampla que será submetida de forma cada vez mais sistemática, a partir das relações que se estabelecerão ao longo de sua vida social. Estarão diante de um mundo competitivo e por isso, diante de inúmeras possibilidades de conflitos.

Os jovens da escola pesquisada sentem-se discriminados por várias razões: pelo bairro onde moram, pelas condições físicas, pela maneira que se vestem, pelas dificuldades de se encontrar trabalho, entre tantas outras situações. Esta discriminação como forma de dominação é um ato legitimado pela “autoridade institucional” do professor, que busca na negativa da relação social através do diálogo, da palavra e até mesmo pelo conflito no campo de idéias, a sustentabilidade de uma autoridade já esfacelada ou enfraquecida. (WEBER 2004; BORDIEU, 2006; ARENDT 2007).

Na escola, muitas vezes, os alunos são vistos com descrédito pelos professores que não confiam em suas capacidades fazendo com que se sintam inferiorizados, criando um sentimento de vergonha, medo e submissão. Outra discriminação sofrida por parte dos alunos é a racial, que violenta a criança e o jovem em sua cidadania e em sua condição humana. O tratamento diferenciado gera neste aluno o sentimento de inferioridade como explicitado por Chauí (1999) ao buscar uma definição mais próxima sobre violência.

Em nossa classe há dois alunos com o mesmo nome. Ai o professor chama eles assim: O R. branquinho, o R. neguinho. Isso é discriminação. O professor trata com mais atenção o R branquinho. Quando é para apagar a lousa ele só chama o R.neguinho e também nem sempre ele vai na carteira do R. neguinho para explicar a matéria. Eu não concordo. (Grupo focal 3B com alunos da 7ª série do ensino fundamental).

De acordo com relatos de alunos nas entrevistas dos grupos focais é comum professores não ensinarem. Os jovens se queixam que grande parte dos professores da escola pesquisada, tem o hábito de passar textos na lousa sem nenhuma explicação de conteúdo e quando questionados sobre a atitude antipedagógica encaminham seus alunos a direção “por faltarem com respeito”.

É necessário investigar os por quês das atitudes de desistência dos professores ensinarem. As conversas de docentes durante os intervalos de aula, na hora do café, podem ser reveladoras. Eles classificam algumas turmas como insuportáveis e que não há necessidade de ensinar porque jamais irão aprender, outros reclamam das condições de trabalho e por isso fazem o mínimo possível. Durante a observação do cotidiano escolar pude presenciar a seguinte fala de uma professora:

Para que eu vou perder tempo de ensinar? Eles vão passar de ano mesmo. Eles aprendendo ou não essa política da aprovação automática faz com que eles (alunos) não queiram mais estudar. Eu não vou ficar perdendo o meu tempo com isso. (Fala de uma professora durante o intervalo do período da manhã).

Negar o direito ao aprendizado é uma violência institucional principalmente porque a escola deixa de cumprir o seu papel-central, o seu objetivo-central, o de ensinar-aprender. Porém o próprio poder público desqualifica o objetivo central da escola quando a apresenta como uma “muleta social”. Os programas políticos partidários apresentados em horários gratuitos criam a imagem de uma escola, principalmente as situadas em periferia, distorcidas. Pode-se observar neste programas que as crianças vão para a escola fazer suas refeições (uma vez que em casa, pela condição socioeconômica elas não o podem fazer), assim inaugurações de refeitórios, merenda, sempre estão surgindo no cenário televisivo destes programas. A escola também é apresentada como centro de recreação (as crianças e jovens vão às escolas, inclusive nos finais de semana, para se divertirem, praticarem esportes e ficarem longe das drogas). É praticamente nula a apresentação da imagem da escola como ela é efetivamente: “um direito humano essencial, o do acesso irrestrito ao patrimônio cultural, científico,

tecnológico acumulado pela humanidade” (SCHILLING, 2005. p.87). Apresenta-se aqui uma relação profunda com as alterações e transformações do mundo moderno e as relações do trabalho e emprego, que acabam por si esvaziando o papel da escola. Vista por muitos professores e gestores como atos de indisciplina e violência à rebeldia observada em nossa pesquisa, em sua grande maioria, é a forma encontrada pelos alunos para expressar o sentimento de insatisfação com as péssimas aulas ministradas e com as situações de violência explícita ou simbólica que sofrem diariamente. Para os seis professores que se disponibilizaram a participar da pesquisa², a Legislação Educacional e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) atrapalham qualquer tipo de ação para “educar os jovens nas normas da escola”.

Para conter a rebeldia dos alunos, a escola torna-se disciplinadora, criando regras e normas inerentes às instituições burocráticas. Utiliza-se à normalização através de regras nem sempre muito claras ou difundidas na comunidade escolar. Este suporte teórico legitima a dominação e a obediência. “É um cosmos de regras normalmente estatuídas com determinadas intenções” (WEBER, 2004). Estas regras servem para homogeneizar comportamentos e reduzir os desvios.

Ao analisar o regimento interno da escola percebe no texto o que Foucault (1977) explana em seus escritos, ou seja, nas escolas, como nas fábricas, prisões, no exército, a repressão e a punição se exercem através das micropenalidades, que dizem respeito aos desvios a tempo, maneira de serem, discursos, corpo e sexualidade. Dos sete capítulos deste regimento³ encontram-se palavras com significado de proibição em cinco. Os relatos existentes nos cadernos de ocorrência e as observações do cotidiano escolar nos reportam ao encaminhamento de alunos para a correção de comportamento, muitas vezes por simples expressão de idéias. A aplicação das regras é imediata ao fato. A punição é exercida sem folga e sempre acompanhada de mais uma violência: a simbólica ou psicológica.

² A escola possuía em no de 2007 quarenta e cinco professores lecionando no ensino fundamental, sendo que 31 docentes para as séries iniciais e finais do ciclo II. Vinte e cinco professores se recusaram a participar (formalmente) da pesquisa alegando que a mesma poderia trazer algum tipo de prejuízo profissional e poderiam ser punidos. Porém nos intervalos de aulas conversavam com o pesquisador e apresentavam detalhes do cotidiano escolar.

³ O regimento interno da escola foi aprovado pela Secretaria de Estado de Educação e publicado no Diário Oficial em dia 22 de novembro de 2005.

Considerações finais

Quando indivíduos conseguem falar sobre os processos de violência que são submetidos pelas instituições burocráticas, entre elas a escola, cria-se um novo saber. Ouvir o que não tem voz, dar espaço ao que é excluído e marginalizado no processo educativo aponta para uma escola que aniquila toda e qualquer possibilidade de argumentação e reação dos sujeitos que deveriam ser formados para se tornarem capazes de elaborar reflexões na defesa de seus pontos de vista e interesse. É a violência das palavras que, oprime, nega e extermina o outro. Gera no mais fraco o sentimento de vergonha, medo, submissão, negando-lhe a possibilidade de relação social que acontece através do diálogo, da palavra e até mesmo pelo conflito no campo das idéias.

Na escola encontramos as questões de pluralidade cultural, do multiculturalismo e da diferença. As diferenças são reconhecidas como legítimas e existe uma tolerância (às vezes mentirosa) para com a diversidade e para com a diferença. Porém, como consolidar práticas nesse sentido se o preconceito, o racismo e a violência estão presentes no cotidiano escolar?

Como afirma Candau (1999), há necessidade de reinventar a escola. Somente assim a instituição escolar será concebida como um espaço de busca, de construção, de diálogo, confronto, prazer e a afirmação ética e política de todo o processo educativo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. (2002) Violências no cotidiano das escolas. In: ABRAMOVAY, Miriam (org). **Escola e violência**. UNESCO, Brasília.

_____. (2002) Percepções dos alunos sobre as repercussões da violência nos estudos e na interação social na escola. In: ABRAMOVAY, Miriam (org). **Escola e violência**. UNESCO, Brasília.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **Sobre Violência**. Rio de Janeiro : Relume Dumará, 1973.

BOURDIEU, P. e PASSERON, J.C. **A reprodução**: elementos para um a teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis RJ: Vozes, 1975.

_____. **A economia das trocas simbólicas**, São Paulo: Perspectiva, (2001).

_____. **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Escritos da Educação**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BLAYA, C. (org). **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

CHARLOT, B. **A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão**. Sociologias, ano 4, nº 8, p 432-443, jul-dez . Porto Alegre/RS, 2002.

CHAUÍ, M. **Introdução à Filosofia**. Porto Alegre: Ed. Bertand Brasil, 1999.

DEBARBIEU, E. Violência nas escolas: divergências sobre palavras e um desafio político. In: DEBARBIEX, E. e BLAYA, C. (org). **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

_____. **A evolução pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**, Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

_____. **Microfísica do Poder**, Rio de Janeiro: Graal, 1990.

PERALVA, Angelina. **Violência e Democracia, o paradoxo brasileiro**, São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SPOSITO, M. P. **A instituição escolar e violência**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em <www.iea.usp.br/artigos>. Acessado em 23 de julho 2007 .

_____. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. Revista **Educação e Pesquisa**, vol.27, no.1, p.87-103. Junho 2001.

VELHO, Gilberto. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, G. e ALVINO, M. (org). **Cidadania e Violência**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

WEBER, M. **Economia e Sociedade: Fundamentos de sociologia compreensiva**, Volume 1, Trad. Regis Barbosa. São Paulo: UNB, 2004.

_____. **Economia e Sociedade: Fundamentos de sociologia compreensiva**. Volume 2, Trad. Regis Barbosa. São Paulo: UNB, 2004.

_____. **Ensaio de sociologia**. Org. Int. H.H. Gerth e Wright Mills. Trad. Waltensir Dutra. 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982

ZALUAR, Alba, LEAL, M.C., Violência Extra e Intramuros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 45, vol. 16, p. 145 –164, Fevereiro 1999.